



ParlAmericas

Ano V Número 1 Versão em português

A Assembleia Nacional do Haiti continua com seus trabalhos legislativos apesar dos grandes desafios que enfrenta.

Após o terremoto

O Centro Parlamentar Canadense através de seu projeto de Apoio ao Parlamento Haitiano (PAPH) teceu, ao longo dos anos, relações sólidas com o parlamento haitiano. Logo depois do terremoto, assegurou presença constante e sistemática junto às autoridades parlamentares, notadamente desenvolvendo três fases de intervenção.

A Fase I que durou até o final de abril de 2010, visava atender as urgências e assegurar no curto prazo, a sobrevivência da instituição e seu mínimo funcionamento. A Fase II que compreende um período de transição de abril a dezembro de 2010, prevê o reordenamento institucional e funcional necessário ao bom funcionamento da instituição. A Fase III envolve uma série contínua de quatro a cinco anos, a partir de 2011, visando consolidar os ganhos dos quatro últimos anos e a reconstrução da instituição, a longo prazo.

A resposta do parlamento

Muito ativo, através de suas comissões especiais, o parlamento rapidamente se reorganizou e foi uma das primeiras vozes a fazer cobranças ao Executivo, interpelando o primeiro ministro.

De fato, os deputados se encontraram todos os dias nas semanas seguintes ao terremoto. A Câmara dos deputados convocou o primeiro ministro, entre outros

ministros, para cobrar explicações do Estado sobre a situação, após a sequência da inexistência de respostas dos primeiros dias.

Da mesma forma, o Senado recebeu o primeiro ministro para questioná-lo sobre a

Comissão especial sobre o controle e acompanhamento da ajuda humanitária. O Senado se reuniu à portas fechadas para adotar determinadas resoluções sobre a crise e redobrou as reuniões com especialistas, representantes da sociedade

Para encerrar, o Parlamento votou, sob polêmica, a lei de urgência que permitiu, entre outras coisas, a injeção de fundos em torno de US\$14 bilhões para a reconstrução do Haiti e a alteração do artigo 232 da lei eleitoral em vigor, prolongando o mandato do Executivo. A partir de então, as plataformas políticas da oposição e organizações da sociedade civil exigem a demissão do Chefe de Estado, acusado de violar a Constituição.

O caminho é longo e árduo para este jovem Parlamento frente aos desafios que aguardam o Haiti. Ele se apresenta como o líder para proteger o bem comum, diante deste esforço gigantesco de reconstrução nacional.

Foto: Cortesia do Honorável Don Boudria/Centro Parlamentar.



Sede temporária da Assembleia Nacional na Academia Nacional de Polícia.

continuidade da ajuda humanitária. O parlamento se fez voz unida dos cidadãos e provocou debates instaurando comissões parlamentares destinadas a dar respostas objetivas diante da urgência que se apresentava.

As ações foram simultâneas, demonstrando um Parlamento preocupado com o bem estar dos eleitores e da população.

Deputados e senadores se encontraram em sessão extraordinária para a entrega parcial do relatório da

civil e sindicatos. Na rádio, os senadores multiplicaram as intervenções críticas sobre a gestão da crise e insistiram sobre a necessidade de se trabalhar unido nessa reconstrução.

Graças à intervenção do Parlamento, consultas públicas resultaram em várias resoluções que foram incorporadas ao Plano de Reconstrução do Haiti apresentado em 31 de março de 2010, na conferência de financiadores.

Marie-Édith Hilaire trabalha no Projeto de Apoio ao Parlamento do Haiti (PAPH) do Centro Parlamentar do Canadá.

Neste número:

Lei chilena de proteção a refugiados	2
Parlamentares lutam contra a fome	3
XXI Reunião do Comitê Executivo	4
Apoio financeiro da ACIDI	4
Calendário	4
Sobre o FIPA	4

Chile adota Lei de Proteção a Refugiados

Nem o recente terremoto que atingiu o Chile, nem a mudança do poder executivo interromperam a atividade legislativa do país.

Durante esse período, no dia 11 de março, o Senado chileno aprovou por unanimidade a Lei de Proteção ao Refugiado.

De acordo com a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o ato aprimora a atuação do legislativo na proteção de refugiados na América Latina e estabelece a reputação do Chile e da região como um lugar onde as pessoas que fogem da violência e perseguição em seus países de origem, podem encontrar refúgio e apoio.

A nova lei contempla as obrigações internacionais da *Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951* e do *Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967*.

Ela inclui a definição universal e regional de refugiado e estabelece

um marco legal integral para regular a proteção e a criação de garantias e obrigações para refugiados e asilados. Também estipula procedimentos para regularização e orientação.

A lei instaura um procedimento especial para tratar os menores de idade que chegam sozinhos ao país; a concessão da autorização de residência permanente e a obtenção de documentos e nela está contemplada a criação de uma Comissão de Reconhecimento da Condição de Refugiado, a qual assessorará o Ministério do Interior e providenciará a informação necessária para decidir a outorga, a rejeição, a cessação, o cancelamento e a revogação do status do refugiado.

De acordo com números da ACNUR, existem no Chile cerca de 2000 refugiados e solicitantes que provêm de mais de 30 países.

Em 1999, o governo chileno e a ACNUR

assinaram um acordo marco para iniciar o programa de reassentamento de refugiados.

Essa decisão tornou o Chile o primeiro país da América do Sul a ter um programa deste tipo. Brasil, Argentina e Uruguai começaram a ter iniciativas semelhantes e espera-

exceção de Cuba, Guiana e algumas ilhas caribenhas.

Quase todos os países da região dispõem de órgãos, leis e procedimentos nacionais para definir a condição de refugiado.

Atualmente, 20 países da América Latina, incluindo Chile,

Foto: © ACNUR/I. Carmona/D. Guerrero



Menina refugiada do Sri Lanka conversa com suas colegas chilenas.

se que, em breve, o Paraguai as adote.

O marco legislativo e institucional para a proteção de refugiados se fortaleceu consideravelmente na região.

A grande maioria dos países latino americanos integra a *Convenção de 1951* e o *Protocolo de 1967*, a

adotaram a *Declaração do México e seu Plano de Ação*, criado em 2004.

Este ato estabeleceu ações concretas a fim de desenvolver políticas públicas adequadas, fortalecer o marco de proteção e obter soluções em situações de refugiados que América Latina enfrenta hoje.



Parlamentares contra a fome

O presidente do FIPA, o deputado brasileiro Luiz Carlos Haully, junto com parlamentares integrantes dos poderes legislativos nacional, estaduais e regionais e representantes da sociedade civil organizada, participaram do primeiro Fórum da Frente Parlamentar contra a Fome, em São Paulo, Brasil, nos dias 4 e 5 de março.

Organizado conjuntamente pela Assembléia Legislativa de São Paulo e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o Fórum permitiu o intercâmbio de opiniões, criou perspectivas para estabelecer linhas estratégicas comuns que garantam o direito a alimentação na região e dirigir a atenção para os orçamentos nacionais na luta contra a fome.

Este primeiro fórum faz parte do marco da iniciativa *América Latina e Caribe sem fome*, proposta pelo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e pelo então presidente da Guatemala Óscar Berger, em 2005.

Neste mesmo ano a FAO, por solicitação dos países membros da

iniciativa, adotou-a como uma de suas prioridades de ação nessa região e em 2008, líderes de todos os países da região decidiram apoiá-la.

Levando em conta o marco desta iniciativa, a FAO considerou essencial colaborar com as legislaturas desta região para garantir a institucionalização da luta contra a fome, já que o poder Legislativo determina as regras legais e aprova os programas orçamentários.

Durante sua participação no Fórum, o presidente Haully se referiu às recomendações criadas em 2009 pelo Grupo de trabalho sobre segurança alimentar durante a Sexta Reunião Plenária do FIPA em Ottawa, Canadá.

Explicou que os países membros do FIPA poderiam criar programas contra a fome e executar um intercâmbio de medidas eficazes a esse respeito.

“Os parlamentos dão legitimidade à voz do povo”, disse o presidente Haully, acrescentando que conseqüentemente, “é importante valorizar o papel dos parlamentares



Foto: © FAO

O problema da fome na região não é de produção, mas sim de acesso aos alimentos.

durante o processo de tomada de decisões em nível global”.

A América Latina, incluindo o Caribe, foi a única entre as cinco regiões do mundo que conseguiu reduzir o número de pessoas com fome entre 1990 e 2005, de 53 para 45 milhões, de acordo com estudos da FAO.

Não obstante, nos últimos anos a cifra aumentou novamente a 53 milhões, dos quais 9 milhões são crianças menores de cinco anos.

Países com proteção constitucional do direito à alimentação

1. Argentina
2. Bolívia
3. Brasil
4. Colômbia
5. Cuba
6. Equador
7. Guatemala
8. Nicarágua
9. República Dominicana
10. Paraguai
11. Venezuela



Reunião no Panamá

O Comitê Executivo do FIPA se reuniu na Cidade do Panamá, Panamá, no período de 29 a 30 de janeiro, para sua XXI reunião. Por causa do terremoto que atingiu o Haiti, em 12 de janeiro, os congressistas adotaram uma resolução na qual se comprometeram a respaldar seus colegas do parlamento haitiano e trabalhar em nível regional para a prevenção e resposta a futuros desastres naturais.



Foto: Cortesia da Assembleia Nacional do Panamá.

Membros do Comitê Executivo analisam apoio ao Haiti.

Membros participantes do Comitê - representantes dos Parlamentos do Brasil, Canadá, Equador, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Trinidad e Tobago - decidiram incluir a prevenção em casos de emergência como um dos temas principais a ser tratado na VII Reunião Plenária no México, em novembro.

A Plenária abordará entre outros temas, segurança e crime transnacional, o papel da sociedade civil e o

fortalecimento da democracia.

Os assuntos discutidos pelo Comitê incluíram os preparativos para um workshop sobre comércio, a ser realizado no México; uma reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas patrocinada pela Assembléia do Equador, e o projeto de um novo programa de capacitação para os parlamentares, financiado pela Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI).

Acordo ACDI-FIPA

O governo do Canadá, por meio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI) apoiará o FIPA com CAN\$ 2,7 milhões nos próximos cinco anos.

Este apoio respaldará o projeto *Fortalecimento do papel dos parlamentos na governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável das Américas* que será implementado em conjunto com o Centro

Parlamentar do Canadá, que administrará os fundos, e providenciará especialistas.

O projeto oferecerá capacitação para melhorar as práticas parlamentares e aumentar a contribuição dos parlamentos na criação de políticas em nível hemisférico. Também pretende ampliar a cooperação interparlamentar e criar um consenso sobre temas chaves para a região, entre eles, a igualdade de gênero.

COMITÊ EXECUTIVO DO FIPA

Presidente

- Deputado Luiz Carlos Hauly, Brasil

América do Norte

- Deputado James Bezan, Canadá
- Estados Unidos da América (delegado a ser confirmado)

América Central

- Deputada Maria Estela de la Cruz, República Dominicana
- Deputado Víctor Juliao, Panamá

Caráibas

- Deputado Stanford Callender, Trinidad e Tobago
- Pres. da Câmara Rosemary Husbands-Mathurin, Santa Lúcia

América do Sul

- Senadora Nancy Patricia Gutiérrez, Colômbia
- Senador Alberto Grillón Conigliaro, Paraguai

Ex-presidenta do FIPA

- Senadora Céline Hervieux-Payette, Canadá

Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

- Membro da Assembléia Nacional Linda Machuca Moscoso, Equador

País anfitrião da VII Reunião Plenária

- Senadora Adriana González Carrillo, México

Sobre o FIPA

O Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) é uma rede independente composta dos órgãos legislativos nacionais dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), que visa promover a participação parlamentar no sistema interamericano.

Calendário

- **Workshop sobre a Rodada de Doha**, Cidade do México, 20 a 22 de maio de 2010
- **XXII Reunião do Comitê Executivo**, Assunção, Paraguai, 4 e 5 de junho de 2010
- **40ª Assembleia Geral da OEA**, Lima, Peru, 6 a 8 de junho de 2010
- **Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares**, Quito, Equador, 12 e 13 de agosto de 2010
- **VII Reunião Plenária do FIPA**, Cidade do México, novembro de 2010

FIPA
500-165 Sparks St.
Ottawa, Ontario K1P 5B9
Canada
Tel: +1 613-594-5222
Fax: +1 613-594-4766
info@e-fipa.org
www.e-fipa.org

O FIPA recebe apoio financeiro do Governo do Canadá, por meio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional



FIPA é um colaborador do:



Centro Parlamentar
www.parlcent.ca

